Rede Fitovida: dez anos em busca do Registro de Patrimônio Cultural Imaterial

Lucieni de Menezes Simão
Mariana Leal Rodrigues

A Associação de Amigos da Rede Fitovida é uma organização da sociedade civil que reivindica o reconhecimento dos saberes sobre usos terapêuticos de plantas medicinais como um patrimônio cultural imaterial[1] desde 2004. Por iniciativa própria, alguns integrantes dessa rede contataram representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) com a finalidade de melhor conhecer essa nova política e, após algumas reuniões com servidores deste órgão e envio de documentação pertinente, iniciaram um processo de *autoin-*

1 O Decreto 3551/2000, de 04 de agosto de 2000, que institui a figura jurídica do *Registro* do Patrimônio Cultural Imaterial e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, que articula ações de reconhecimento, promoção, difusão e fomento dos bens culturais dessa natureza, é considerado uma legislação ultramoderna sobre o patrimônio cultural e está em consonância com as diretrizes da Unesco e de outras organizações internacionais de preservação.

ventariamento, fazendo uso da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).[2]

Neste artigo, apresentaremos a história desse processo de busca pelo registro de saberes sobre cuidados com a saúde visando ao seu reconhecimento como patrimônio imaterial. Dez anos após a primeira tentativa de obter o Registro, a Rede Fitovida retomou o movimento do *autoinventariamento* e concluiu uma nova versão do INRC, em novembro de 2018, aprofundando certas questões colocadas na pesquisa anterior e que perpassam a sua trajetória como entidade articuladora de grupos comunitários de saúde.

Vale ressaltar que essa trajetória é marcada pela criação de redes de apoio e mediações com instituições públicas e privadas, além de alguns pesquisadores vinculados a diversas universidades. Analisar essa trajetória fornece elementos bons para pensar a relação que se estabelece entre um movimento popular organizado em rede e as mais diversas instituições que representam o Estado.

Tecendo as redes do Patrimônio Cultural Imaterial

A Associação de Amigos da Rede Fitovida foi fundada em 2008, resultado de um processo de formação em rede entre grupos de ação assistencial em 1999, quando alguns de seus integrantes iniciaram um mapeamento dessas práticas no estado do Rio de Janeiro. Importante ressaltar que alguns desses grupos já tinham uma formação anterior e

2 O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é a metodologia adotada pelo Iphan para a produção e a sistematização do conhecimento sobre os bens culturais. O antropólogo Antônio Augusto Arantes foi o responsável pela elaboração do manual de aplicação do INRC, que é composto por extensos questionários e fichas de identificação, fichas de campo, de sítio e localidade e anexos. Não há a obrigatoriedade de seguir este manual, que pode ser disponibilizado pelo Iphan por meio de um Termo de Cooperação Técnica. Não obstante, observa-se que a maior parte das pesquisas conduzidas para a instrução técnica do Registro faz uso do INRC/Iphan. *Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC:* Manual de aplicação. Brasília: Minc/ Iphan/ DID, 2000.

eram denominados grupos comunitários de saúde. Eles se constituíram na década de 1980, a partir da Campanha da Fraternidade promovida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em 1981, cujo tema era "Saúde para todos".

Observa-se que são grupos heterogêneos, organizados em momentos, locais e contextos diferenciados, que foram buscar na manipulação e no uso das plantas medicinais uma forma de promover a melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda circunvizinha, em sua maioria, formados por mulheres idosas, aposentadas ou pensionistas, com baixa escolaridade.

Os grupos se organizam em cozinhas alternativas ou salas de saúde e produzem semanalmente uma quantidade de remédios caseiros, que são doados ou vendidos a preço de custo: xaropes, pomadas, garrafadas, sabão, leite forte, tinturas, multimisturas, vermífugos, sachês de chás, xampu, sabonetes, óleos medicinais, entre outros produtos.

Foto 1: XX Encontro de Partilha, Nova Iguaçu, RJ, 2006. Tema: Alimentação Natural. Foto: Mariana Leal Rodrigues

Nesse sentido, o marco de organização dos grupos em rede deveu-se à mediação realizada por pessoas envolvidas em trabalhos comunitários com plantas medicinais que, ao realizarem esse mapeamento dos grupos comunitários de saúde, identificaram que todos eles tinham caráter voluntário e que a maioria estava situada em espaços da Igreja Católica. Um encontro foi organizado para que os representantes desses grupos pudessem se conhecer e trocar experiências: o "Primeiro Encontro Estadual de Grupos Populares e Alternativos em Saúde no Estado do Rio de Janeiro", que aconteceu em Petrópolis, em 2000, e reuniu cerca de 120 pessoas. Foi naquele momento que se constituiu uma Rede com a missão de promover a identidade e a autonomia desses grupos, com uma agenda de atividades associativas que tinham o objetivo de auxiliar na articulação entre os grupos e na troca de receitas e experiências, incluindo demonstrações dos "modos de fazer" os remédios caseiros e terapias diversas.

No ano seguinte, com a realização do "Segundo Encontro Estadual de Grupos Populares e Alternativos em Saúde no Estado do Rio de Janeiro", já havia sido organizada uma equipe para a coordenação das atividades. A discussão sobre critérios de participação nos encontros e, principalmente, sobre uma identidade coletiva foi ganhando espaço nas assembleias. O primeiro marco da diferenciação e criação de uma identidade comum foi a definição de uma "cartilha de princípios", na qual o trabalho voluntário era fundamental. Outro fator comum era a necessidade de proteger seus integrantes de possíveis sanções legais, pois, segundo a legislação ainda vigente, suas atividades poderiam ser tipificadas como curandeirismo, uma vez que não se enquadravam nas normas técnicas estabelecidas no âmbito da saúde. Vale ressaltar, portanto, que a conformação da Rede Fitovida é diversificada, há regiões onde existe um claro apoio institucional da Igreja Católica, como na Baixada Fluminense e na região Metropolitana; em outras, destaca-se o carisma individual de cada integrante e o caráter privado das reuniões, que acontecem nos quintais e nas residências, como em São Gonçalo e

na região Serrana; e ainda, há grupos que se organizam em paralelo às atividades de agricultura familiar, como aqueles do Norte fluminense, onde estão localizados em assentamentos de reforma agrária.

Ao longo de sua trajetória, a Rede Fitovida experimentou diferentes contextos e apoios institucionais, seja de representantes do Estado, da Igreja Católica ou de indivíduos (sobretudo os próprios integrantes, que doam horas de trabalho nos grupos e nos eventos), para viabilizar suas atividades. Desde sua formação, manteve contato com organizações não governamentais, movimentos sociais e órgãos públicos. Essas interações tiveram enorme influência na trajetória da associação, destacando-se o papel da AS-PTA[3], que incluiu os grupos da Fitovida em seus projetos de agricultura urbana, sob a coordenação do engenheiro agrônomo Márcio Mattos, um dos primeiros articuladores da Rede.

Na perspectiva de conhecer outras experiências e fortalecer a trajetória de articulação social e política, a coordenação de articulação da Fitovida passou a participar de uma série de reuniões, como o Encontro Nacional de Economia Solidária (RJ, 2002); Encontro Nacional de Agroecologia (RJ, 2002); Fórum Social Mundial (RS, 2003); 7º Encontro Nacional de Experiências Comunitárias em Plantas Medicinais (PE, 2003), 4º Encontro de Raizeiras, Benzedeiras e Parteiras do Cerrado (GO, 2004); Encontros Estaduais de Educação Popular em Saúde (RJ, 2004 e 2005); Cursos do Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural (Laboep/Feuff) da Universidade Federal Fluminense (RJ, 2004); Encontro Nacional de Agroecologia (PE, 2006); Oficina sobre Conhecimentos Tradicionais Associados – Medida Provisória 2186-16/01 (RJ, 2006); Oficina sobre Conhecimentos Tradicionais Associados e Registros – Medida Provisória 2186-16/01 (DF, 2007), para citarmos apenas algumas.

A articulação com uma rede de ONGs e com experiências comunitárias foi fundamental para abrir o caminho na busca do reconhecimento

3 A AS-PTA é uma organização não governamental que assessora projetos de agricultores familiares na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina.

por meio de políticas culturais. Foi em 2003, na cidade do Recife, em evento promovido pelo Centro Nordestino de Medicina Popular, que alguns integrantes da Rede tomaram ciência do Decreto 3.551/00, e iniciaram a busca pelo reconhecimento das suas práticas.

Com o firme propósito de fortalecer o trabalho nas comunidades, representantes da Rede Fitovida procuraram apoio no Iphan para compreender de que maneira a legislação sobre patrimônio cultural imaterial poderia respaldar suas atividades. Na época, o Iphan estava em processo de implementação da política, tendo apenas quatro bens registrados até então: o ofício das paneleiras de Goiabeiras no Espírito Santo (2002) e a arte kusiwa – pintura corporal e arte gráfica dos Wajãpi do Amapá (2002); o samba de roda do Recôncavo Baiano/ BA (2004) e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré no Pará (2004). Além destes quatro Registros, estavam em processo de reconhecimento: o modo de fazer viola-de-cocho no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2005); o ofício das baianas de acarajé em Salvador (2005) e o jongo no Sudeste (2005). Portanto, havia pouco conhecimento sobre esse instrumento, com um número muito restrito de artigos publicados em revistas especializadas, ou nas publicações do próprio Iphan. Assim, avançava-se vagarosamente no entendimento sobre a conceituação do patrimônio imaterial e nas pesquisas do órgão gestor para a delimitação dos objetos de Registro.

Os contatos com a Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro foram direcionados para o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/RJ) e para o recém-criado Departamento do Patrimônio Imaterial, em Brasília, que centralizava as atividades relacionadas a essa política.[4] As representantes da Rede apresentaram as motivações para buscar o Registro: uma "saída" para a formalização de suas práticas sem ter que seguir os critérios adotados pelo Ministério da Saúde, que

4 O Decreto nº. 5040/2004, que aprova a Estrutura Regimental do Iphan, cria o Departamento de Patrimônio Imaterial e vincula a este departamento o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).

exigiam uma adequação de processos produtivos, o que não seria possível segundo as características dos grupos. A solução era procurar esse reconhecimento através das políticas culturais.

Em 2004, teve início a interface com as universidades fluminenses, que se manteve constante desde então. O primeiro contato com o Laboep/Feuff, coordenado pela professora Lygia Segala, aconteceu por meio da intermediação da antropóloga Letícia Vianna, responsável por coordenar o projeto "Celebrações e Saberes da Cultura Popular", que buscava testar a metodologia do INRC pelo CNFCP, instituição federal recém-incorporada à estrutura organizacional do Iphan, com longa trajetória em pesquisas sobre o campo das culturas populares. Segundo esta pesquisadora, era preciso que a Rede compreendesse melhor o que significava registrar um bem de natureza imaterial, quais eram as limitações dessa normativa e quais as expectativas dos detentores em relação ao instituto do Registro.

Ao final desse mesmo ano, os representantes da Rede Fitovida assinaram o Termo de Cooperação junto ao DPI/Iphan para utilização da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), tendo em vista levantar, sistematizar e documentar os conhecimentos tradicionais do uso das plantas medicinais pelos grupos comunitários de saúde articulados à Rede Fitovida no estado do Rio de Janeiro. No entanto, a equipe de articulação deparou-se com dificuldades financeiras para levar a termo o inventário, um procedimento elaborado para ser feito por técnicos especializados e de alto custo logístico. A fim de viabilizar a pesquisa para o INRC foi criado um projeto cultural para a Petrobras por intermédio da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu. Conseguir executar os procedimentos burocráticos para o cadastramento do projeto, segundo os critérios da Lei Rouanet, foi a primeira grande dificuldade da Rede Fitovida na busca por legitimação.

Outro ponto a ser superado era a apropriação dessa metodologia de pesquisa pelos integrantes desse movimento. Para a comissão de arti-

culação, o processo de *autoinventariamento* sistematizaria as informações dispersas e traria conhecimento para seus integrantes. No entanto, esses pesquisadores-detentores se depararam com as categorias sociológicas do INRC e com os extensos questionários e fichas de identificação sobre bens e demais procedimentos de pesquisa de campo, que estavam muito distantes de suas práticas cotidianas.

As questões metodológicas dos inventários do patrimônio imaterial são objeto de reflexão por seus próprios idealizadores. O antropólogo Antônio Augusto Arantes (2009) aborda questões controversas na aplicação desse instrumento no Brasil e em outros países. O autor acredita que tais práticas constituem experiências recentes, ainda em construção, e que, por isso mesmo, devem ser compartilhadas e debatidas em fóruns internacionais (Arantes, 2009, p. 174). Para Arantes, um dos principais desafios do campo do patrimônio imaterial está relacionado ao que se poderia chamar de "política de representação e tomada de decisões. [...] Uma vez que nem todos os grupos sociais conseguem o mesmo acesso às entidades governamentais de seus países" (p. 177). Trata-se daquilo que Arantes chama de "dilema da representatividade" ao referir-se à complexidade das questões relacionadas ao âmbito da salvaguarda do patrimônio imaterial e ao fato de que esses contextos locais não são, de forma alguma, homogêneos (p. 178).

Vale ressaltar que os processos de patrimônio cultural imaterial envolvem negociações entre agentes locais e externos, e que a Convenção de 2003 encoraja o protagonismo das "comunidades culturais" e a sua autodeterminação quanto às estratégias políticas e de prioridades referentes ao seu próprio desenvolvimento cultural (Arantes, 2009, p. 191). No entanto, o que se observa no uso dessas metodologias de inventariação é que esses grupos aparecem como meros "informantes" e não como agentes e protagonistas de suas ações e de suas reflexões sobre as práticas.

Pesquisadores populares e a criação da Associação de Amigos da Rede Fitovida

O processo de inventário da Rede Fitovida apresenta algumas peculiaridades. Era a primeira vez que um grupo popular propunha um projeto de *autoinventariamento* dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais com a orientação de técnicos do Iphan, do CNFCP/Iphan e da doutoranda Lucieni Simão do PPGA/UFF, também integrante do Laboep/UFF. O levantamento de informações sobre os grupos aconteceu em dois momentos. O primeiro foi após a capacitação dos 35 pesquisadores populares no CNFCP, em maio de 2005, para o ensaio da pesquisa dos 108 grupos que integravam a Rede. O resultado ficou confuso e não foi aprovado pelo Iphan. No segundo momento, com uma equipe de seis pesquisadoras populares, além das coordenadoras Lucieni Simão (Laboep/UFF) e Elizabeth Marins (Rede Fitovida), a fase preliminar foi concluída com relativo sucesso. Essa nova equipe, no decorrer do processo, manteve um diálogo contínuo com o CNFCP para tirar dúvidas e se capacitar quanto à metodologia.

A primeira etapa do projeto de realização do inventário foi concluída em 2008, com patrocínio da Petrobras, e apresentou os levantamentos preliminares do inventário, com o preenchimento das seguintes fichas do INRC: fichas de sítio e localidade; anexos bibliográfico, audiovisual, contatos e de bens culturais e relatório das atividades. Também resultaram como produtos finais uma cartilha, um CD-Rom, folhetos e *banners* com detalhes do projeto: a identificação dos bens culturais, a identificação das guardiãs dos saberes tradicionais e algumas das receitas consagradas.

No *IV Encontrão* da Rede, em 2007, tendo como título "Construindo nosso Caminho", já estava claro que o papel da Fitovida havia mudado. Se antes a Rede tinha o objetivo de articular grupos detentores de saberes, a partir de então passaria a refletir mais sobre a sua identidade coletiva fundada na prática, no uso e nos modos de fazer remédios caseiros. Por um

período de três anos, enquanto aguardavam a avaliação do Iphan, continuaram a sua agenda de mapeamento das referências culturais dos grupos inventariados, num contínuo processo de reflexão sobre suas práticas.

Em 2008, a fim de continuar a acessar políticas públicas por meio de editais que integram políticas culturais de patrocínio – Lei Rouanet, Lei Estadual de Incentivo à Cultura – a Rede Fitovida passou a se constituir em uma associação sem fins lucrativos, a Associação de Amigos da Rede Fitovida, com CNPJ, sede própria, diretoria, conselho fiscal e toda a estrutura institucional de uma organização não governamental. No ano seguinte, conquistou apoio para um novo projeto: a Casa de Memória da Rede Fitovida, um ponto estadual de cultura, aprovado com base em um edital da Secretaria Estadual de Cultura. Inaugurada em março de 2011, a Casa da Memória da Rede Fitovida funciona como um local de referência, reunindo acervo dos grupos comunitários que fazem uso de plantas medicinais, onde acontecem oficinas e feiras de saúde para a difusão dos modos de fazer os remédios caseiros.

A Associação também foi reconhecida em prêmios e editais culturais: uma de suas integrantes obteve o reconhecimento como Mestre da Cultura Popular (pelo edital homônimo, 2011). Apoiada por um edital do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), realizou a "I Feira Sabores e Saberes do Conhecimento Tradicional" (2012) e elaborou o livro *Sementes: agentes do conhecimento tradicional da Rede Fitovida* (2013). Em 2015, foi contemplada com o Prêmio Boas Práticas de Salvaguarda de Patrimônio Cultural Imaterial.

A resposta do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan à solicitação de registro só ocorreu em 2011 por meio do Parecer Técnico nº 15/11 CI/DPI. Segundo o documento, embora o material entregue tivesse grande riqueza de detalhes sobre o processo de organização dos detentores de saberes para o reconhecimento como bem cultural imaterial, havia informações e descrições insuficientes sobre os elementos históricos, sociais e geográficos. Portanto, era necessário aprimorar a

metodologia e aprofundar a pesquisa, a fim de caracterizar melhor o universo dos sujeitos sociais. Seria necessário retomar o levantamento preliminar e refazer o preenchimento das fichas. Foi reconhecida a importância da iniciativa e recomendada a continuidade do processo com base nas análises do parecer.

> O relato das atividades e dos resultados do trabalho demonstram a significância desse inventário enquanto forma de articulação e mobilização dos grupos sociais. É um ótimo exemplo de como um instrumento de produção de conhecimento sobre aspectos da vida social podem ser profícuos para a articulação dos grupos sociais e para funcionar como uma ferramenta de organização coletiva, no sentido da discussão e sistematização de suas demandas por políticas públicas que ultrapassam as fronteiras setoriais das instituições. Verificamos que foi muito rico o processo de participação da comunidade que permite a conexão profunda do resultado da pesquisa com os interesses dos grupos envolvidos (DPI/Iphan, 2011, p. 9).

Logo após a resposta do Iphan, a Rede Fitovida decidiu não retomar o inventário devido ao grande trabalho que esse empreendimento representava. Somente em 2013, por meio da colaboração das pesquisadoras Carla Arouca Belas e Joseane Paiva Macedo Brandão (ambas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural/Iphan), foi que o INRC voltou a ser realizado por alguns integrantes da Rede Fitovida.

Agente do conhecimento tradicional – uma nova identidade

A busca pela definição de uma identidade coletiva continuou a ser debatida nos encontros da Rede Fitovida mesmo após a primeira etapa do INRC ter sido concluída em 2008. Ao longo de 2012, por exemplo, este foi o tema central de todos os encontros regionais da Partilha. Os participantes formavam pequenos grupos e discutiam respostas comuns para as seguintes perguntas: "O que sou (qual é o meu ofício) quando

estou preparando os produtos?", "O que faço (qual o nome dos produtos)?", "Onde faço (qual o nome do espaço utilizado)?". Os termos mais recorrentes nos eventos regionais foram levados ao Encontro Estadual de Partilha, realizado no quilombo do Campinho da Independência, em Paraty, em 16 de setembro de 2012. Nessa ocasião, primeiramente foram escolhidas as melhores definições que, em seguida, foram votadas pela plenária. As duas primeiras perguntas obtiveram consenso na escolha dos termos ao final das duas etapas: agentes do conhecimento tradicional e produtos naturais das plantas medicinais. A escolha destes termos é bastante emblemática. Não pertenciam ao vocabulário cotidiano das pessoas que os escolheram e estão associados aos termos utilizados pela literatura sobre patrimônio imaterial, expressando uma estratégia da Rede Fitovida para alcançar seus objetivos no reconhecimento do papel de seus integrantes na preservação desses saberes.

Fotos 2 e 3: Discussão em plenária sobre as terminologias a serem adotadas pela Associação, Encontro de Partilha, 2012, Paraty, RJ. Foto: Acervo Rede Fitovida

A construção da categoria *agente do conhecimento tradicional* expressa uma autoidentificação positiva dos integrantes da Rede Fitovida. Ao se reconhecerem enquanto tal e se organizarem a fim de "resgatar" os saberes sobre plantas medicinais, os integrantes da Associação se inscrevem em outro debate, o de proteção do "conhecimento tradicional",

ou seja, algo muito além da assistência social local, da ajuda "aos mais necessitados", também identificada como um fator comum aos grupos.

Termos técnicos como "patrimônio imaterial", "referências culturais" e "saberes tradicionais" passaram a fazer parte do vocabulário da Associação. O uso destes termos como categorias nativas é parte de uma estratégia de afirmação identitária para legitimar práticas consideradas marginais pela medicina científica, como a chamada "medicina popular". Assim, os "saberes tradicionais" são um "patrimônio imaterial" pertencem ao universo da cultura popular, em oposição ao "saber técnico", vinculado ao universo da ciência. A maneira como a Fitovida propõe o reconhecimento de seus "saberes tradicionais" se distingue daquela do sistema de classificação científico. Ao contrário de outras iniciativas de preservação de práticas de cuidados com a saúde com plantas medicinais, ela não está voltada para a criação de herbários ou de uma farmacopeia popular, por exemplo. O caminho da legitimação conduziu a Rede a construir outro tipo de acervo: o dos registros de suas atividades, como os boletins, os vídeos e as publicações, que acabam sendo parte do processo de documentação e salvaguarda, um dos requisitos para a aprovação do bem.

Diante das especificidades da Rede Fitovida, os produtos culturais (livros, vídeos, cartilhas, folhetos, cartazes) produzidos exercem um papel fundamental na conexão dos grupos – assim como os remédios fitoterápicos, que são objetos que circulam, que fazem pontes, que têm função de divulgação, transmissão e registro. É uma dádiva e se inscreve no princípio da reciprocidade (Mauss, 2003); sua função é estimular o "resgate" dos saberes tradicionais, valorizando-os, fazendo crescer o número de pessoas que praticam a fitoterapia com base em conhecimentos adquiridos na própria família e com as pessoas de referência para os grupos. Esses materiais de difusão remedeiam o isolamento – sentimento que aflige muitos dos integrantes da Rede que não fazem parte de grupos estruturados com espaços próprios – estimulando a atividade de preparação de remédios caseiros, ressaltando a importância da transmissão dessas

receitas e convocando cada interessado a ser parte do processo de resgate e a "entrar na roda" da Rede Fitovida, na qual se misturam diferentes significados. Se existem dificuldades para a transmissão desses saberes para além do universo dos grupos, a elaboração de produtos culturais é uma das estratégias de difusão. Entretanto, esses produtos só ganham sentido quando relacionados ao contexto e à dinâmica local.

A atuação da Rede Fitovida, seja por meio dos eventos promovidos (encontros e oficinas), seja pela ação local, está voltada tanto para dentro da Rede quanto para fora. Os encontros, regionais e estaduais, estimulam os integrantes e fazem circular os saberes. Esta foi a principal dinâmica da Associação desde sua articulação. Não basta identificar os modos de fazer pomadas, xaropes, garrafadas e demais produtos, pois a receita de produção artesanal não é um traço cultural, um vestígio, parte do folclore, uma sobrevivência do passado, mas sim parte de um sistema de saberes. É na capacidade de classificar plantas e suas receitas para diferentes usos que reside a sabedoria das pessoas consideradas referências pela Rede. É esse aprendizado que acontece de forma lenta nos grupos e nos eventos, um gradual acúmulo, que permite grande capacidade de improvisação para a preparação de remédios caseiros em momentos de necessidade.

Foto 4: Oficina de Xarope e Pomada na Igreja de São Benedito, em Japeri, RJ, 2013. Foto: Mariana Leal Rodrigues

Há uma característica recorrente entre seus muitos integrantes: o primeiro contato com as plantas medicinais aconteceu no ambiente familiar. Isto não significa que tenham acumulado conhecimento através do aprendizado com seus parentes, pois muitos só começaram a conhecer plantas e a fazer remédios após se aproximarem dos grupos. A crença na eficácia das plantas medicinais é o ponto de partida para estabelecer uma relação e passar a consumir os remédios caseiros e está baseada em uma memória afetiva e em uma visão de mundo segundo as quais a natureza possui atributos divinos.

O papel da Universidade: pesquisadores aliados

As atividades da Rede Fitovida foram objeto de alguns estudos e pesquisas nas universidades fluminenses em diversas áreas de conhe-

cimento, experiências que buscaram colaborar com os propósitos de salvaguarda e preservação.

Em 2005, a pesquisadora Mariana Leal Rodrigues (PPCIS/UERJ), por meio da antropóloga Lucieni Simão (Laboep/UFF) que já acompanhava a Rede, deu início a uma pesquisa que resultaria não só em uma dissertação e em uma tese,[5] mas também em inúmeras fotografias e alguns documentários[6] que constam na ficha de audiovisual do INRC. Alguns documentários foram realizados a pedido da própria Associação como contrapartida em projetos desenvolvidos com patrocínio do Ibram.

A fotografia tem um papel importante na construção de uma identidade comum à Rede, tendo em vista a centralidade dos produtos de comunicação no processo de transmissão de saberes empreendido pelos grupos, e também pela necessidade de produzir fotos e registros audiovisuais com o objetivo de promover uma documentação aprofundada e contínua do bem. Outra colaboração importante na construção de um acervo visual sobre os grupos e os "detentores de saberes" foi a do professor Rômulo Normand Correa (Departamento de Comunicação Social/UFF), cujas fotografias registram grupos de todo o estado do Rio de Janeiro e compõem o livro *Sementes* (2013).

5 As pesquisas que resultaram na dissertação *Mulheres da Rede Fitovida*: ervas medicinais, envelhecimento e associativismo (2007), e a tese de doutorado *Folhas e Curas em imagens*: a circulação do conhecimento no Rio de Janeiro e na Paraíba foram realizadas nos períodos entre 2005/2007 e 2009/2103, respectivamente, sob a orientação de Clarice Peixoto no PPCIS/UERJ.

6 Além de construir um acervo com centenas de imagens sobre a Rede Fitovida, as pesquisas realizadas por Mariana L. Rodrigues resultaram em pequenos documentários com base em registros feitos durante o trabalho de campo: *Curandeira é a vovozinha!* (20 min, 2007): https://vimeo.com/66612329, *Oficina de pomada e xarope da comunidade São Benedito* (5 min, 2011): https://vimeo.com/66611395, *I Feira Sabores e Saberes do Conhecimento Tradicional* (6 min, 2013), feitos a pedido da Rede para constarem do relatório de atividades entregue à instituição que concedeu os recursos para a produção do evento, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). *Mutirão do Lote XV* (9 min): https://vimeo.com/67608988 apresenta o mutirão de combate à desnutrição infantil no Lote XV, em Belford Roxo, e a relação com o grupo Espaço Solidário Multiervas.

Foto 5 (à esquerda): Remédios caseiros vendidos e trocados nos encontros com selo da marca Rede Fitovida.

Foto 6 (à direita): Troca e identificação de plantas medicinais no Encontro de Partilha, Paraty, RJ, 2012. Fotos: Acervo Rede Fitovida

Os mecanismos de proteção do campo da propriedade intelectual que podem ser utilizados para a preservação do patrimônio material e imaterial brasileiro são o tema de pesquisa de Patrícia Peralta (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação/INPI). A pesquisadora avalia a pertinência da utilização dos instrumentos de proteção da propriedade intelectual para o conhecimento tradicional, em especial o uso da marca coletiva nos produtos fitoterápicos da Rede Fitovida (Peralta, 2012).

A Rede Fitovida também foi o objeto de investigação sobre direitos culturais e economia criativa realizada por Mário Pragmácio e Anderson Luís Ribeiro Moreira, que seguem aprofundando a reflexão sobre

patrimônio cultural imaterial e direitos coletivos com a linha de pesquisa "Patrimônio cultural e direitos coletivos: valorizando saberes e práticas medicinais tradicionais".[7]

Débora Coutinho, sob a orientação de Renata de Sá Gonçalves (PPGA/UFF), investigou a circulação das plantas medicinais e as trocas de saberes realizadas pela Rede Fitovida por meio da troca ou compra de mudas e sementes no grupo Semear, na denominada "Região São Gonçalo". Além da dissertação de mestrado, a pesquisadora está colaborando na realização do INRC.

Mais recentemente, uma das autoras deste artigo iniciou o seu pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, retomando antiga relação de pesquisa com os integrantes desta rede.

Vale ressaltar que a experiência da Rede também foi analisada por alguns integrantes da própria organização associativa, que a tomaram como objeto de estudo em suas trajetórias acadêmicas, tal como Viviane Ramiro Silva, mestre em Sociologia Política (CCH/UENF), que investigou as ações de reconhecimento da medicina popular em Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense. Além de ser uma liderança atuante, ela é integrante da Comissão Pastoral da Terra e participou da equipe de pesquisadores populares na primeira fase do inventário.

Para além das políticas culturais: possibilidades e limites

Desde que teve início a realização do INRC com o Iphan, a Rede contatou o Departamento de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente e, com base nessa interação, passou a integrar o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, limitado ao papel de espectador,

7 Colaboram nesta linha de pesquisa representantes do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural/Iphan e do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação/INPI.

como representante da população do bioma Mata Atlântica. Passaram a se respaldar em outras políticas públicas relativas ao uso de plantas medicinais, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, como na Medida Provisória 2186-16/2001[8] e na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) que reconhecem o papel do conhecimento tradicional e de mecanismos de salvaguarda como o INRC.

Se, por um lado, a PNPMF dá respaldo às atividades da Rede Fitovida, principalmente as diretrizes 10 e 12, por outro, esta legislação pode ser percebida como um mecanismo legal voltado para o setor industrial. A PNPMF reconhece o papel do conhecimento tradicional e até mesmo de seus mecanismos de salvaguarda como o INRC, mas ao mesmo tempo ressalta em seus objetivos "garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional" (Brasil, 2006). "Acesso seguro" e "uso racional" querem dizer que não está descartada a necessidade de que evidências científicas comprovem os efeitos terapêuticos das plantas medicinais e que seu uso não pode ser somente referendado pela tradição.

8 Esta medida provisória, 2186-16, de 23 de agosto de 2001, foi substituída pela Lei 13.123, de 20 de maio de 2015. Ambas dispõem sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios, dentre outros aspectos relacionados.

Foto 7: Grupo Projeto Raízes funciona em uma Unidade Básica de Saúde,em Barra Mansa, RJ, 2012. Foto: Rômulo Corrêa

É preciso ressaltar que a PNPMF e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC (Brasil, 2006) foi elaborada para definir de que maneira essas práticas de cuidado devem ser utilizadas na Atenção Primária à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Ainda que critérios como segurança, qualidade e eficácia sejam características fundamentais para a promoção do cuidado com a saúde e o uso esteja restrito às formas complementares e integrativas, tais políticas reconhecem o papel dos saberes populares sobre plantas medicinais no autocuidado e estimulam seu uso, sobretudo na Estratégia Saúde da Família (ESF). É curioso que para a Rede Fitovida a possibilidade de interação com as políticas públicas de saúde não tenha avançado. Muitos integrantes dos grupos são agentes comunitários de saúde, que não só conhecem, mas também atuam na ESF. Vale ressaltar que o grupo Raízes, em Barra Mansa, e a Casa de Memória da Rede Fitovida, em Belford Roxo, estão

localizados no mesmo endereço onde funcionam Unidades Básicas de Saúde. Há ainda muito debate e controvérsia sobre como a interação com as políticas públicas de saúde, cultura e meio ambiente podem se concretizar em mecanismos de proteção do conhecimento tradicional.

Vale ressaltar que há outros movimentos populares atuando pelo reconhecimento desses saberes de cuidados com a saúde.[9] Enquanto a Rede Fitovida apostou na busca pelo Registro como Patrimônio Cultural do Brasil por meio da metodologia do INRC, a Articulação Pacari, por exemplo, desenvolveu um protocolo comunitário com o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Patrimônio Genético a fim de proteger os saberes tradicionais do Cerrado. A publicação Farmacopeia Popular do Cerrado (2010) foi a base do pedido de Registro como patrimônio cultural imaterial feito pela Articulação Pacari com o Iphan, reconhecimento este que ainda não foi concedido. A experiência da articulação Pacari e a participação com o Comitê inspiraram a Rede Fitovida a elaborar o seu próprio protocolo comunitário.[10]

9 Destacam-se a Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado, uma experiência de mobilização em torno dos saberes populares sobre plantas medicinais, formada por 45 organizações dos estados de Minas Gerais, Tocantins, Maranhão e Goiás, e que reivindica igualmente o reconhecimento do ofício de raizeiro do Cerrado como patrimônio imaterial, e realiza projetos de geração de trabalho e renda com a produção de fitocosméticos à base de plantas regionais. Na região Nordeste, o Centro Nordestino de Medicina Popular é coordenado pelo médico Celerino Carriconde que, desde 2001, desenvolve trabalhos de apoio e disseminação de práticas curativas com plantas medicinais, defendendo que grupos populares organizados em cooperativa forneçam fitoterápicos para o Sistema Único de Saúde. Outros exemplos de movimentos populares que estimulam e difundem o uso de medicamentos à base de plantas medicinais são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, para o qual o "resgate" dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais também é uma estratégia de mobilização das trabalhadoras rurais para reivindicar políticas voltadas para a agricultura familiar.

10 Rede Fitovida. Protocolo Comunitário Biocultural dos Agentes do Conhecimento Tradicional em Plantas Medicinais da Rede Fitovida. Rio de Janeiro: Publit, 2017. 40 p.

A experiência da Rede Fitovida nos convida a refletir sobre o quanto a perspectiva de saberes reconhecidos pelo Estado como patrimônio cultural imaterial tem um viés autoritário e etnocêntrico em relação às culturas populares, como se estas estivessem sujeitas a um inexorável processo de perda, e somente a intervenção (seja do Estado, das ONGs ou da Universidade) fosse capaz de salvá-las (Gonçalves, 2007, p. 162). Se, de um lado, os editais e os prêmios alcançados foram fonte para a realização de eventos e projetos, como livros e o próprio INRC, de outro, não garantem os recursos necessários para o custeio do espaço, da secretaria e das atividades rotineiras da Rede e da Casa de Memória, que demandam prestação de contas complexas. Entretanto, vale ressaltar a centralidade da parceria com as universidades, em diversos momentos, como colaborações importantes na sua trajetória. Muitas vezes foi em razão dessas colaborações que a Associação conseguiu cumprir requisitos necessários à elaboração e a contrapartidas em projetos culturais. A causa – preservar e transmitir os saberes sobre cuidados com a saúde com plantas medicinais – costuma mobilizar a simpatia de colaboradores, seja na vizinhança dos grupos, seja em outros espaços de interação, como os órgãos públicos, os movimentos sociais e a universidade.

Considerações finais

Embora ainda não tenha obtido o *Registro dos Saberes e Práticas Tradicionais de Saúde* no Iphan, a Rede Fitovida continuou se dedicando à sua transmissão por meio da ação assistencial dos grupos (como mutirões de combate à desnutrição, feiras de saúde e doação de remédios caseiros). Localmente, os grupos atuam de maneira bastante diversificada, sempre organizados em torno de pessoas com notáveis saberes sobre cuidados em relação à saúde com plantas medicinais, mas em permanente conexão com outras ações de assistência social, sejam elas movidas pela Igreja Católica (como Pastoral da Criança e da Saúde), sejam elas patrocinadas por organizações não governamentais. As atividades dos

grupos costumam ser a produção de remédios caseiros para venda ou doação. Os "clientes" são moradores das comunidades, sobretudo mães com crianças pequenas. Os encontros e as oficinas são importantes espaços de articulação e difusão de informações, motivando os integrantes e sensibilizando o público (vizinhança dos grupos, frequentadores de igrejas etc.) a valorizar e a difundir os remédios caseiros feitos com plantas medicinais.

Em novembro de 2018, a segunda etapa do INRC chegou ao fim. Este segundo processo de *autoinventariamento* durou cerca de cinco anos. Todo esse material (fichas do levantamento preliminar – anexos bibliográficos, audiovisuais, de bens culturais e contatos – e fichas de identificação, de sítio e localidade; relatório de atividades; abaixo-assinado dos integrantes da Rede dando a sua anuência para o processo e solicitando o registro de suas práticas; relatórios dos encontros da partilha, livros e materiais produzidos pela própria Rede; além de teses, dissertações e artigos escritos por pesquisadores colaboradores) foi revisado e entregue ao Iphan para seguir os trâmites institucionais para instrução do processo de Registro. Foi elaborada uma carta dos representantes legais da Associação ao presidente do Iphan, encaminhada com toda a pesquisa, solicitando o reconhecimento desses saberes tradicionais sobre o uso e a manipulação das plantas medicinais.

A obtenção de um Registro como bem cultural imaterial tem como consequência a responsabilização do Estado e da comunidade de garantir a sua continuidade, conforme definida pelas diretrizes da política. Transcorreram dez anos e cerca de 40 bens foram registrados, sendo que alguns deles já passam por uma Revalidação das Políticas de Salvaguarda. Enquanto isso, a Rede Fitovida segue trilhando seu caminho, conquistando apoios importantes, com o comprometimento pessoal de pesquisadores dentro de órgãos públicos e da universidade.

Referências

ARANTES, Antônio Augusto. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *Anuário Antropológico*, UnB, p. 173-222, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos:* coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: ___. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NOGUEIRA, Suzana; CORREA, Rômulo; SILVA, Viviane R. da. *Sementes:* agentes do conhecimento tradicional da Rede Fitovida. Rio de Janeiro: Ed. Publit, 2013.

PERALTA, Patrícia. *Rede Fitovida:* estratégias de reconhecimento e proteção do seu conhecimento – Estudo de caso sobre a Rede Fitovida e as possibilidades de uso da propriedade intelectual, mais especificamente a marca coletiva, como forma de proteção do conhecimento acerca do uso de plantas medicinais. Relatório de pesquisa 2012. Programa Avançado de Cultura Contemporânea, Fórum de Ciência e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Mariana Leal. *Mulheres da Rede Fitovida:* ervas medicinais, envelhecimento e associativismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Folhas e curas em imagens:* circulação de conhecimento no Rio de Janeiro e na Paraíba. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Viviane. R. dA. *Da medicalização à patrimonialização:* As ações de reconhecimento da medicina popular engendrada por agentes asso-

ciados a Rede Fitovida. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2012.

SIMÃO, Lucieni de M. *A Semântica do Intangível.* Um estudo sobre o Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Rio de Janeiro: Ed. Gramma, 2016.

_____. Política e gestão do Patrimônio Cultural Imaterial: ações e práticas de salvaguarda voltadas para o protagonismo social. *Revista Antropolítica*, n. 39, p. 218-247, 2º sem. 2015.

TELLES, Mário F. de Pragmácio; FERGUS, Luã; MOREIRA, Anderson. Direitos culturais e política: as relações entre economia criativa e patrimônio cultural imaterial a partir do caso da Rede Fitovida. In: TELLES, Mário F. de Pragmácio; CASTRO, Flávia Lages de (orgs.). *Dimensões econômicas da cultura:* experiências de Economia Criativa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Júris, 2015.

Documentos

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.* Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica, Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso.* Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

IPHAN. *Decreto n. 3.551 de 04 de agosto de 2000.* In: O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: MinC/IPHAN, 2006.

_____. *Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC*: Manual de aplicação. Brasília: MINC/ IPHAN/ DID, 2000.

_____. *Parecer técnico nº 15/11 CI/DPI*. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Coordenação Geral de Identificação e Registro. Brasília, 2011. Disponível em: https://plantas-culturaesaude.files.wordpress.com/2017/09/parecer_dpici.pdf